GEOGRAFIA, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: A DIMENSÃO ESPACIAL DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO

GEOGRAPHY, ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND EDUCATION: THE SPATIAL DIMENSION OF AFFIRMATIVE ACTION POLICIES IN EDUCATION

GÉOGRAPHIE, RELATIONS ETHNIQUE-RATIALES ET ÉDUCATION: LA DIMENSION SPATIALE DES POLITIQUES D'ACTIONS AFFIRMATIVES DANS L'ENSEIGNEMENT

ALEX RATTS

Instituto de Estudos Sócio-Ambientais / Universidade Federal de Goiás - **UFG**

alex.ratts@uol.com.br

Resumo: O mito de um país formado harmonicamente por três raças – indígena, branca e negra – é uma "ideologia geográfica" que permeia as interpretações da nação e do território brasileiros, desde aos anos 1930. Um paulatino aparecimento político de negros, quilombolas e indígenas no cenário nacional marca o debate público e os estudos acadêmicos desde os anos 1970 e levou à adoção de políticas de Ações Afirmativas no século 21. No que diz respeito à Geografia e ao ensino da disciplina, nota-se o crescimento do interesse acerca desses temas bem como em situações que perpassam da escala local à mundial: conflitos fundiários, segregação espacial, e constituição de lugares étnicos (expressões espaciais da identidade negra, indígena, quilombola, cigana) num mundo racializado.

Palavras-chave: geografia, educação, relações étnico-raciais, ações afirmativas

Abstract: The myth of a country formed harmony by three races – indigenous, black and white – is a "geographical ideology" which permeates the interpretations of the nation and Brazilian territory, since the 1930s. A gradual emergence of political black, Maroon and indigenous national marks landscape public debate and academic studies since the 1970s and led to the adoption of Affirmative Action policies in the 21st century. In the field of Geography, with indications for teaching discipline, noted the growth of interest about these themes as well as in situations that extend from local scale to global scale: land conflicts, spatial segregation, and constitution of ethnic places (spatial expressions of black, indigenous, Maroon, Gypsy identity) in a world racialized.

Keywords: geography, education, ethnic-racial relations, affirmative actions

Résumé: Le mythe d'un pays formé harmonieusement par trois races - indigène, blanche et noire - est une « idéologie géographique » sur laquelle se fondent les interprétations de la nation et du territoire brésiliens, depuis aux années 1930. Une emergence politique progressive des noirs, des *quilombolas* et des indigènes dans le scénario national, marque le débat public et les études académiques depuis les années 1970 et conduit à l'adoption des politiques d'Actions Affirmatives dans le siècle XXI. En ce qui concerne la Géographie et l'enseignement de cette discipline, on remarque un intérêt croissant relatif à ces sujets ainsi qu'aux situations qui s'étendent de l'échelle locale a l'échelle mondiale: conflits agraires, ségrégation spatiale, et constitution de lieux ethniques (expressions spatiales de l'identité noire, indigène, *quilombola*, gitane) dans un monde racialisé.

Mots-clés : géographie, éducation, relations ethnico-raciales, actions affirmatives

Introdução: o mito das 3 raças e outras ideologias geográficas

O mito de um país formado harmonicamente por três raças – indígena, branca e negra – é uma "ideologia geográfica" (MORAES, 1988) que permeia as interpretações da nação e do território brasileiros, desde aos anos 1930. Tal mito que parece inclusivo, mas que não abriga ciganos, asiáticos, árabes e latino-americanos que também formam a sociedade brasileira, corresponde a uma explicação de mundo para determinada coletividade (HISSA, 2002). É narrado de maneira fragmentada e é "acionado" quando alguém expõe as diferenciações e desigualdades étnico-raciais seja no plano local, regional ou nacional. Para alguns essa narrativa nos tranqüiliza face a outras formações socioespaciais em que o racismo ou o etnocentrismo parecem mais rígidos na vida e no espaço social. Podemos dizer que essas representações se encaixam numa "geografia imaginativa", expressão com a qual Edward Said (1990) caracteriza o orientalismo, o conjunto erudito e de longa duração e formação de discursos acerca do Oriente, que aqui se estende para a África e a América, para africanos, ameríndios e afro-americanos.

Outros sujeitos, originários de grupos étnico-raciais historicamente subalternizados (e mais alguns a eles solidários) formulam outras ideologias geográficas, outros discursos acerca do território. Um paulatino aparecimento político de negros, quilombolas e indígenas no cenário nacional marca o debate público e os estudos acadêmicos desde os anos 1970. No que concerne ao marco legal, fruto dessas mobilizações, destaca-se, de um lado, a Constituição Federal de 1988, que criminaliza o racismo e reconhece direitos de indígenas e quilombolas, e de outro, a lei 10639/03, que altera a Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB) e institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira (Brasil, 2003). No século que se inicia, o prolongamento de um quadro de diferenciações e desigualdades raciais, reconhecido inclusive por órgãos governamentais como IBGE e IPEA e apontado por organismos internacionais como PNUD/UNESCO, tornou-se também alvo de análises e proposições acadêmicas e políticas, entre as quais se ressalta a adoção de ações afirmativas dirigidas sobretudo para a população negra, mas também para indígenas e quilombolas.

No campo da Geografia, com desdobramentos para o ensino da disciplina, nota-se o crescimento do interesse acerca desses temas conquanto tem implicações diretas na reinterpretação da formação étnica, racial, social e territorial brasileira, bem como de situações que perpassam da escala local à mundial, passando por conflitos fundiários, segregação espacial, e constituição de lugares étnicos (expressões espaciais da identidade negra, indígena, quilombola, cigana, migrante) num mundo cada vez mais racializado.

O aparecimento de negros e índios nas páginas geográficas

Desde as navegações européias da passagem entre os séculos XV e XVI vimos o capitalismo, enquanto modo de produção e de existência, tornar-se hegemônico em todo o planeta, processo que pode ser considerado como o "branqueamento da terra" (SORRE *apud* DAMIANI, 2004, p. 61-62), tendo, por exemplo, homens europeus e eurodescendentes à frente da maior parte das instituições econômicas, políticas e culturais centrais nas formações socioespaciais americanas. No mundo antigo há indicações de um proto-racismo (Moore, 2007), constituído no contato entre africanos, árabes e europeus, mas seguramente a racialização do mundo é elemento constituinte da modernidade.

As transformações sociais da segunda metade do século XIX podem ser vistas em uma correlação que inclui o declínio do tráfico negreiro, a formação dos estados-nações europeus, a revolução industrial, a abolição da escravidão nas Américas e a recolonização da África. É nesse quadro que a Geografia Moderna se constitui pelo pensamento de autores – homens de ciência (Schwarcz, 1993) – que compartilham de teorias racialistas da época, o que não é possível analisar aqui, mas pode ser identificado nitidamente no pensamento de Ratzel, de La Blache, de Reclus estendendo-se a geógrafos posteriores como Max.

Sorre. Raça e etnia eram noções de ampla utilização na geografia tradicional e podem ser encontradas nos livros didáticos que se coadunam com suas idéias. [1]

Outras transformações também inter-relacionadas e que são interpretadas como pós-coloniais se processam por todo o século XX, especialmente na sua segunda metade: a segunda guerra mundial, a emergência dos Estados Unidos como potência mundial, a independência de países africanos, a formação de movimentos negros na diáspora africana (Estados Unidos, Caribe, América Latina, Brasil) e de outros movimentos de emancipação, a exemplo das mulheres e do feminismo.

Os ares dos anos 1960, que seguem os ventos da mencionada descolonização africana e do movimento pelos direitos civis negros nos Estados Unidos, são marcados por uma face plural – jovem, hippie, universitária, popular, feminina, feminista, homossexual – e tocam por dentro e por fora as fronteiras disciplinares acadêmicas. Lefebvre (1970) trata este processo como uma passagem da particularidade à diferença e também como constituição de forças diferencialistas.

No cenário brasileiro, a ditadura militar (1964-1985) se opõe à expressão de comunistas e socialistas, de operários e estudantes, de intelectuais e educadores(as), mas também de mulheres, negros e homossexuais, muitas vezes tratados como subversivos. A repressão ideológica persegue particularmente proposta educacionais críticas e emancipatórias.

É nesse cenário mundial e nacional que se delineia, nos anos 1970, um novo paradigma que se denominou de crítico ou radical na Geografia brasileira e mundial. Neste campo, alguns trabalhos tocaram mais ou menos diretamente a questão étnico-racial, tendo em vista um horizonte político e se voltando para o campo da educação ou mesmo do ensino da disciplina.

Milton Santos, ao tratar dos cidadãos incompletos que ele denomina de "mutilados", menciona, de passagem, a população negra no quadro da educação, com base em estudos da PNAD e do economista Ladislau Dowbor:

> Dos brasileiros sem instrução até 30 de idade, cujo montante nacional era de 54%, em 1982, uma repartição segundo a cor mostra que eram 18,1% entre os amarelos; 44,4% entre os brancos; 66,9% entre os considerados mestiços e 68,6% entre os negros (L. Dowbor, 1986, p. 53) Mas os negros não ultrapassavam em 1980, os 45% da população (Santos, 1987, p. 20).

Notamos que a população negra – composta pela categorias censitárias de pardos e pretos, que correspondem aos "negros" e "mestiços" do autor, estava sobre-representada entre a população sem instrução. Em seguida Santos, insere a variável cor no quadro da desigualdade de renda no Brasil:

> Os brasileiros ganhando menos de dois salários mínimos eram 60,9% da população total em 1982, mas o percentual sobe para 70,8% e 77,5% para os pardos e negros[2], cuja participação na população era, então, estimada em 7% e 35% respectivamente. Ao contrário, os que ganhavam mais de cinco salários-mínimos eram 4,4% do total da população brasileira nesse mesmo ano, os índices correspondentes a pardos e negros sendo de (0,6% e 0,1% do total respectivamente. (PNAD, 1982 e L. Dowbor, 1986, pp. 55 e 56) (Santos, 1987, p. 20)

O autor demonstra um quadro perverso que perdura: os sem instrução sendo majoritariamente negros e um cenário de pobreza negra e a riqueza branca. Santos não aprofunda a introdução da variável cor na análise espacial, mas retoma esse tema posteriormente.

Ao fazer a crítica do ensino de geografia no que tange à formação étnica da população brasileira, Márcia Spyer Resende (1986) se interrogava acerca do modo como poderia ser abordada a situação da população negra:

[1] Não é possível abordar esse tema no escopo desse artigo. Além dos autores estrangeiros citados, sugerimos consultar obras de Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo, dentre outros.

[2] Aqui, provavelmente o autor estava mencionando pretos e pardos.

> Quem são os negros brasileiros e em que sua cor altera a situação que ocupam no espaço geográfico que estudamos? Por que as elites dominantes no Brasil são esmagadoramente brancas? Aos negros, enquanto coletivo racial, estão vedados certos espaços sociais? Se tal ocorre, deve-se ao "preconceito racial" ou a que outro(s) motivo(s)? (p. 38.)

Ciente das argumentações vigentes, a autora continua indagando:

> Certo, já prevejo a objeção: "Mas estes são problemas antropológicos, culturais e éticos, não dizem respeito ao objeto de estudo da Geografia. Afinal, a Geografia não pode estudar/ensinar tudo". De fato, a Geografia não pode fazê-lo e seria absurdo exigir-lhe esforço semelhante. Como focalizar, entretanto, a etnia do brasileiro marginalizando a sua significação social? Esta atitude equivale pura e simplesmente a destruir o seu sentido por meio da análise que diz persegui-lo. (p. 38. Grifo da autora).

Observa-se que este excerto de Resende recupera um momento da crítica aqueles que traziam para a o campo da Geografia Crítica os temas da diferença étnico-racial. Parece-nos que a autora não retomou, naquele período, esse ponto de suas indagações.

Ainda nos anos 1980, outros(as) geógrafos(as) abordam a situação de grupos indígenas brasileiros quando discutiam a questão territorial e/ou Ambiental (PORTO-GONÇALVES, 1989), especialmente quando focalizam a Amazônia (VALVERDE, 1982; SADER, 1986; BECKER, 1989).

À mesma época, uma outra autora estrangeira realiza pesquisa acerca de índios e negros nos livros didáticos de geografia veiculados durante a última ditadura militar brasileira. Ladouceur (1992) identificou que estes livros perpetuavam a interpretação de um país em que negros e índios pouco marcam sua presença no território nacional[3]:

> O Brasil constitui um espaço plurinacional caracterizado por diversas identidades culturais. Este espaço é dominado por uma ideologia dominante [sic] com elementos brancos euroamericanos. O Estado brasileiro constrói sua geografia na base da territorialidade desigual estabelecida contra as nações autóctones e a maioria negra (p. 417).

Na sua pesquisa que pode ser considerada um dos principais estudos geográficos da questão étnico-racial no período, Ladouceur identifica que quase não há uma representação diferenciada de índios e negros no território brasileiro:

> Os índios e negros são desterritorializados e dissolvidos na identidade nacional enquanto a pertença a um território próprio é destruída nas representações geográficas. A territorialidade dos índios e dos negros elabora-se unicamente a partir das relações inter-étnicas pela conquista do território (...) autóctone e a conquista do sexo feminino (implícito nos Livros) permitindo a miscigenação.
> Encontramos só um mapa que ilustra a presença territorial das nações autóctones, mas nenhum mapa ilustrando a territorialidade negra (p. 420).

No nosso entender, as questões contidas nestes trabalhos tem pouca ressonância nos debates geográficos e, em específico, no ensino de Geografia, em face do primado de certas leituras do marxismo em que a classe social é considerada a principal variável, senão única da desigualdade socioespacial. Além disso, na análise do conflito entre capital e trabalho havia pouca ou nenhuma condição de incluir a variável raça, mesmo se tratando de uma sociedade como a brasileira em que as relações de trabalho restauraram uma forma pré-capitalista de produção como o escravismo, apoiada, sobretudo, na mão de obra africana e afrodescendente.

Olhando para a geografia brasileira, podemos dizer que na vertente crítica que se tornou hegemônica, o que era rarefeito quase desaparece. Dizendo de outra maneira, os estudos acerca de grupos étnicos ficam restritos e tratam sobretudo da questão territorial. No entanto, no que se convencionou denominar de virada cultural ou humanista, os temas concernentes a negros, índios e outros segmentos étnico-raciais, assim como a mulheres e

[3] Artigo síntese da tese Brésil: espace pluriculturel et géographie nationale, 1964-1985. Tese de Doutoramento. Université Laval, 1990. 473 p.

homossexuais, também quase não entraram em cena.

O aparecimento político (MARTINS, 1993) de coletividades negras, quilombolas é um emergir espacializado e não é recente:

> A emergência dos povos originários e dos afro-latino-americanos na luta política se inscreve como das mais importantes quando analisamos seu potencial emancipatório posto que trazem consigo a própria constituição contraditória do sistema mundo moderno-colonial. Esclareça-se logo que não se trata de um protagonismo que se inicia agora, mas sim de um protagonismo que ganha visibilidade agora. (Porto-Gonçalves, 2007, p.8)

No caso do ensino de geografia, havia sinais de que a questão étnico-racial merecia tratamento adequado, quer se tratasse da formação étnico-racial da sociedade brasileira, das áreas indígenas ou da presença negra urbana e rural.

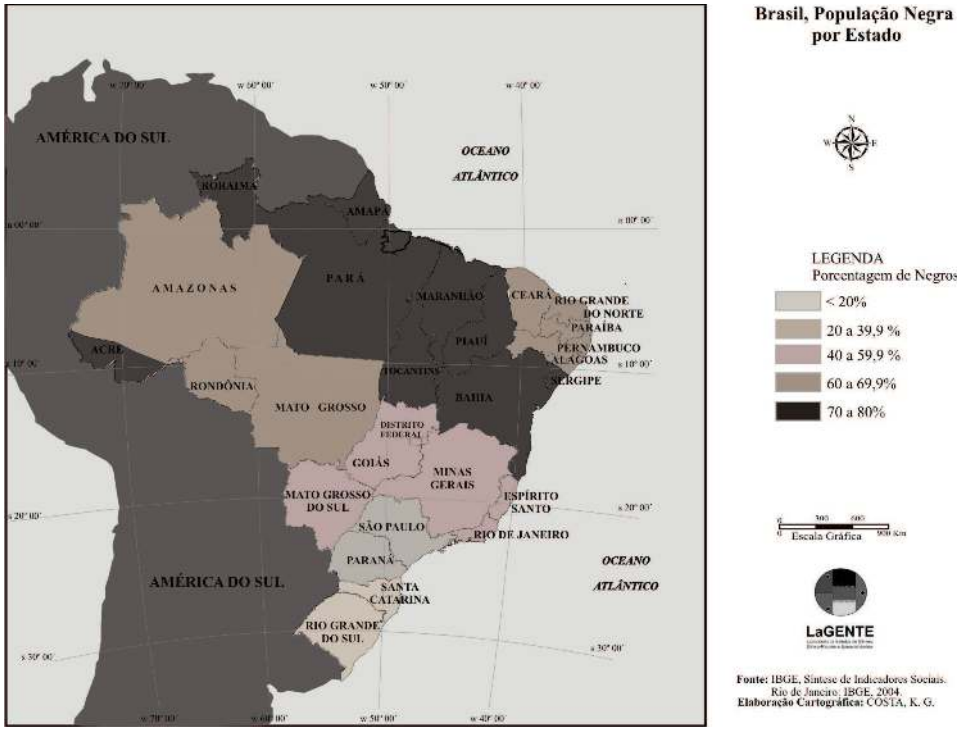
Redesenhando o mapa étnico-racial brasileiro: negros, quilombolas e o território nacional

Como dissemos, nossos "antigos" livros didáticos de geografia do Brasil, tratam de brancos, negros e índios na composição étnica do país, trazendo fotografias, índices populacionais e, algumas vezes, mapas.

Nesta geografia imaginativa, considerada não como falsificação, mas como representação, os índios se situam em aldeias muito distantes dos centros urbanos, como se seu ambiente próprio se reduzissem a florestas e matas. São como "orientais" numa terra ocidentalizada. Os negros são igualmente originários de um distante, vasto e misterioso território: a África. No Brasil, parte do Novo Mundo, igualmente exótico, misterioso e distante dos olhos europeus. Neste imaginário o pais seria, de modo genérico, mais indígena no Norte e Centro-Oeste, negro ao Nordeste e parte do Sudeste e branco ao Sul. No entanto, no senso comum geográfico praticamente não existiria mais índios nas regiões Nordeste (com exceção do Maranhão), no Sudeste e no Sul. Nas duas últimas regiões mencionadas a existência da população negra e quilombola era posta em questão (LEITE, 1996). Este quadro começa a ser revisto pela permanência por vezes incômoda dos "diferentes" e pelo reconhecimento muitas vezes tardio que alguns atores sociais hegemônicos fazem das identidades de grupos subalternos.

Um mapa da população negra por faixas percentuais e com dados recentes nos mostra sua distribuição geral nos estados e regiões brasileiras.

Mapa 1 – Brasil, População negra por estado - 2004



Desde os anos 1960, e, sobretudo, a partir de 1970, estudiosos(as) das relações raciais passam a fazer análises mais sistemáticas das desigualdades entre negros e brancos[4]. No entanto, a expressão espacial dessas diferenciações e assimetrias raramente era colocada em discussão. Mesmo após a retomada da variável cor/raça no censo de 1980[5] poucos estudiosos empreendiam levantamentos e análises da dimensão espacial dos segmentos étnico-raciais. Alguns órgãos públicos como a FUNAI (Fundação Nacional de Amparo ao Índio), costumeiramente produziam mapas das áreas indígenas no Brasil, o que passa a ser feito em outras bases por ONGs como o ISA (Instituto Socioambiental) que elaborou a *Enciclopédia dos Povos Indígenas* e cujo sítio eletrônico traz uma seção de cartografia e mapas[6].

O curto capítulo referente aos índios inserido na Constituição Federal que traz é fruto de toda uma mobilização indígena e indigenista que pode ser considerado um enfrentamento territorial em várias escalas, desde o local ao nacional. Um segmento étnico que passou por processos de escravidão, extermínio, assimilação e tentativas autoritárias de integração, teve o reconhecimento de "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." (Brasil, 1988).

É no mesmo marco legal que pela primeira vez se reconhece a existência e o direito de "remanescentes de comunidades de quilombos" no Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocu-

[4] Referimo-nos aos estudos dos sociólogos Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale e Silva, assim como das intelectuais e ativistas negras Beatriz Nascimento (RATTS, 2007) e Lélia Gonzalez (RATTS & RIOS, 2010).

[5] As categorias de identificação de "cor ou raça" são branco, preto, pardo, amarelo e indígena. O termo pardo, para o IBGE, abriga aqueles que se autodenominam mulatos, morenos e outras denominações para os mestiços. Os estudiosos do tema agregam pretos e pardos e os classificam como negros.

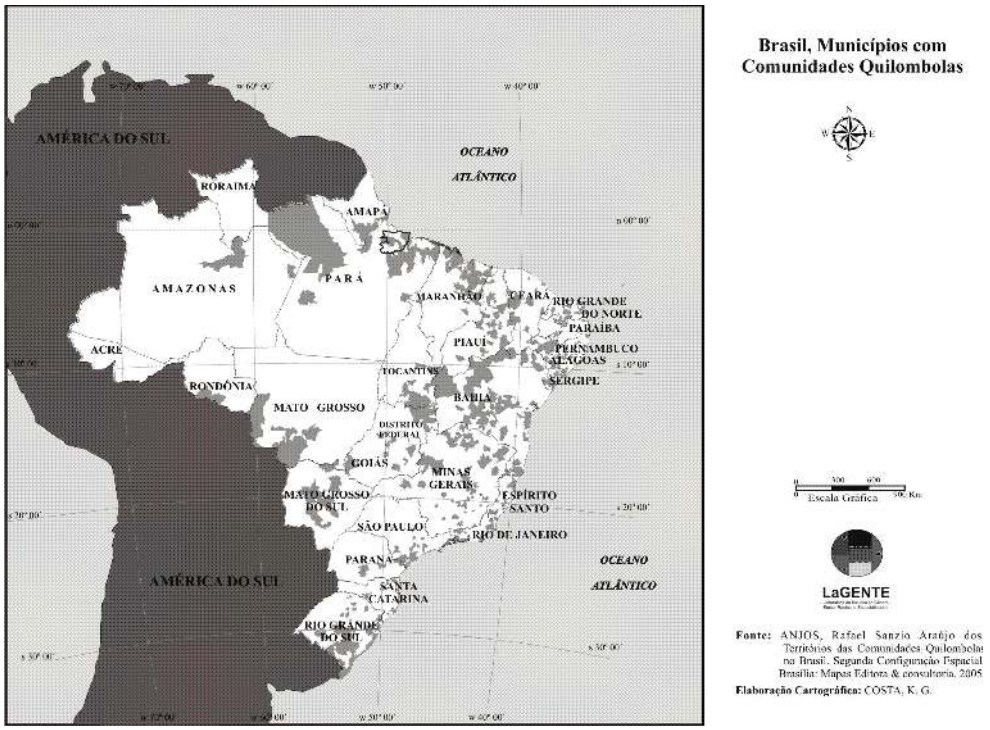
[6] http://www.socioambiental.org/inst/index.shtm

pando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 1988). No mesmo sentido.

No caso do estado do Ceará que estudamos nas décadas de 1980 e 1990, o discurso acerca de etnicidade, raça e território, dizia que não havia índios nem negros. Como contraponto (quase um contra-senso), diversas comunidades negras rurais e indígenas estavam em processo de aparecimento político e sendo notados por pesquisadores e repórteres (Ratts, 1996). Cabe ressaltar para o município de Aquiraz, onde fora sediada a primeira capital cearense, a identificação por um grupo de geógrafos de localidades brancas (a sede municipal e distrital), indígenas (um grupo da lagoa da Encantada que posteriormente foi apresentado pelo etnônimo de Jenipapo-Kanindé) e negras (NUGA-UECE, 1982). Posteriormente, estudamos essas localidades (Ratts, 2001).

Um dos primeiros mapeamentos de quilombos realizado por Anjos (2000) e divulgado em 2000 assinalava 843 localidades, em todas as regiões, mas ausentes nos estados de Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia, além do Distrito Federal. Em 2005, o mesmo autor aponta a existência de 2228 localidades quilombolas, incorporando aquelas situadas nos estados de Amazonas e Rondônia, o que expressa um aumento de mais de 250% (Mapa 2). Nestes dois trabalhos Anjos contou com uma "base informacional oriunda de organismos oficiais das esferas federal, estadual e municipal, documentos provenientes de entidades negras representativas e das pesquisas existentes nas principais universidades brasileiras" (Anjos, 2005). Dentre os órgãos federais, destacamos o INCRA que desde 2003 é responsável pela regularização fundiárias das áreas quilombolas. No entanto, para os órgãos oficiais este número fica aquém do que pesquisadores(as) e os movimentos sociais apontam.

Mapa 2 – Brasil, Municípios com comunidades quilombolas - 2005



É esse processo que do ponto de vista dos sujeitos ligados a instituições como universidades e órgãos políticos e midiáticos que denominamos de "longa descoberta dos quilombos" (Ratts, 2000). No entanto, podemos considerá-lo um processo de "aparecimento político"

(Martins, 1993), posto que esse emergir é cercado de demandas sociais, territoriais, educacionais específicas.

No caso das regiões Norte e Sul, há outro processo referente à desconstrução da idéia de que não foram áreas de escravidão africana e, portanto, não seriam áreas negras nem quilombolas. Já na segunda metade dos anos 1990 historiadores (Reis & Gomes, 1996) e antropólogos (Leite, 1996) voltaram suas atenções para estas regiões.

Todavia, é necessário ressaltar o surgimento, em todo o país, de um movimento quilombola (especialmente a Comissão nacional de Articulação dos Quilombos – a CONAQ), em parte diferenciado do movimento negro, composto em geral por militantes de áreas urbanas, ainda que alguns integrantes sejam originários de zonas rurais e/ou quilombolas.

No caso das regiões Centro-Oeste e Nordeste tem crescido os estudos de geógrafos, a exemplo dos estados de Goiás (Paula, 2003; Leite, 2008) e da Paraíba, (Marques, 2009; Moreira, 2009). Ainda em Goiás podemos destacar os estudos que têm como foco a questão ambiental e o uso de espécies vegetais do cerrado por quilombolas (Almeida, 2010). Para o sudeste, destacamos o estudo de Carril (1996) que se iniciou no Vale do Ribeira, São Paulo.

Há ainda situações que tem visibilidade relativamente recente para órgãos públicos e instituições acadêmicas como os chamados quilombos urbanos e os índios na cidade. No caso dos quilombos situados em áreas urbanas, podemos destacar os casos identificados em Belém, São Luís, Salvador, Recife, Rio de Janeiro (ANJOS, 2009: p. 124-125) e os noticiados para Belo Horizonte e Porto Alegre[7].

A inclusão de negros e quilombolas, mas também de indígenas e ciganos constitui-se num redesenho do mapa étnico do país, na reformulação de nosso discurso acerca do território e da formação da população brasileira, além de ser um tipo de reparação para estes grupos étnico-raciais historicamente subalternizados.

Ações Afirmativas étnico-raciais no ensino superior

A educação formal no Brasil colonial e imperial se fez no sentido da integração (ou assimilação) de indígenas e sem voltar-se diretamente para populações pobres, negras e femininas. Bacharéis negros (médicos, engenheiros ou advogados), quase todos homens, costumam ser citados por autores como Freyre (1998) como exceções, permitidas pelo mito da democracia racial, e como exemplos de mérito individual. Somente em tempos recentes, nos anos 1960 e 70 é que tomou vulto o "protesto negro", na expressão de Florestan Fernandes, e a análise de estudiosos apontando as desigualdades raciais neste âmbito.

Em se tratando do reconhecimento de processos de desigualdades que atingem grupos específicos – étnicos, raciais, etários, de gênero e outros, alguns países, desde os anos 1940, aplicaram medidas compensatórias que vieram a ser denominadas de Ações Afirmativas ou de "discriminação positiva", a exemplo de Índia, Malásia e posteriormente estados Unidos (MOORE, 2005).

Um dos primeiros grupos a tratar das cotas raciais no Brasil foi o comitê Pró-Cotas para Negros na Universidade de São Paulo que teve atuação entre 1995 e 1996, formado por estudantes negros de distintos cursos de graduação e pós-graduação daquela instituição. No âmbito governamental o Ministério da Justiça promoveu em Brasília, em 1996, o seminário internacional "Multiculturalismo e racismo: o papel das ações afirmativas nos Estados democráticos contemporâneos."

Uma das questões centrais das Ações Afirmativas é a utilização da variável raça em políticas públicas, o que, para seus opositores, indicaria uma ação racista ou uma espécie de "racismo às avessas". A raça aqui considerada não é uma categoria biológica, advinda do mundo natural. É, sobretudo, uma construção social da diferença baseada em marcadores de corporeidade, em traços fenotípicos como a cor da pele, a textura do cabelo, o formato de nariz e lábios, elementos que não constituiriam um grupo social, mas contribuem, por exem-

[7] Os Tambores de um quilombo. Brasíila, 15/08/2006. Fonte: http://www.irohin.org.br; Quilombo dos Silva: um marco na luta quilombola . Coletivo Catarse, 28/01/2010. www.coletivocatarse.com.br

plo, para a identificação racial de quem é negro ou branco no Brasil. A diferença racial, assinalada desta maneira, compõe e agrega ônus ou bônus à trajetória sócio-espacial dos indivíduos racializados.

Paulatinamente agregando adesões, em face da demonstração das desigualdades raciais na educação, particularmente no ensino superior, e superando as restrições ao uso das variáveis étnicas e raciais nos seus processos seletivos, muitas Instituições de Ensino Superior (IES), notoriamente públicas, adotaram processos seletivos diferenciados para estudantes egressos de escolas públicas e/ou negros, além de indígenas, quilombolas e portadores de necessidades especiais. O salto foi de 4 IES em 2002, para 85 no início de 2010, inaugurando uma nova etapa no âmbito universitário[8].

No quadro abaixo, mais à frente sintetizado em um mapa, temos uma visão da adoção de processos seletivos diferenciados para estudantes egressos de escola pública, negros, indígenas e quilombolas. Ìnicialmente identificamos que o acesso para estudantes negros(as), se faz muitas vezes de forma combinada com a origem social dos estudantes na escola pública.

[8] As IES aqui compreendem Universidades Federais e Estaduais, Institutos Federais (antigas Escolas Técnicas) e Faculdades Municipais.

Quadro 1 – Ações Afirmativas Sociais e Étnico-Raciais nas Instituições Públicas de Ensino Superior – 2010

Região Norte					
UF	**IES**	**Escola Pública**	**Negros**	**Indígenas**	**Quilombolas**
AM	UEAM	•			
AP	UEAP		•	•	
PA	UFPA	•			
RR	UFR			•	
TO	UFT*			•	
	IFT	•		•	•
Região Nordeste					
UF	**IES**	**Escola Pública**	**Negros**	**Indígenas**	**Quilombolas**
AL	Uncisal	•	•		
	UFAL		•		
BA	IFBA*	•		•	
	UEFS	•	•		
	UESB	•	•		
	UESC	•	•	•	•
	UFBA	•		•	
	UFRB	•	•		
	UNEB*		•	•	
MA	UFMA	•	•		
PB	UEPB				
	UFCG*	•		•	
	UFPB	•			
PE	IFPE	•			
	UFPE	•			
	UFRPE	•			
	UPE	•			
PI	UESP	•			
	UFPI	•			
RN	UERN	•			
SE	IFSE				
	UFSE	•	•	•	
Região Centro-Oeste					
UF	**IES**	**Escola Pública**	**Negros**	**Indígenas**	**Quilombolas**
DF	UnB		•	•	
	ESCS	•			
GO	UEG	•	•	•	
	UFG*	•	•	•	•
MT	UNEMAT*		•	•	
	UEMT		•		
MS	UEMS		•	•	
	UFGD*	•		•	

* IES que tem curso de licenciatura para estudantes indígenas com processo seletivo próprio.

Região Sudeste

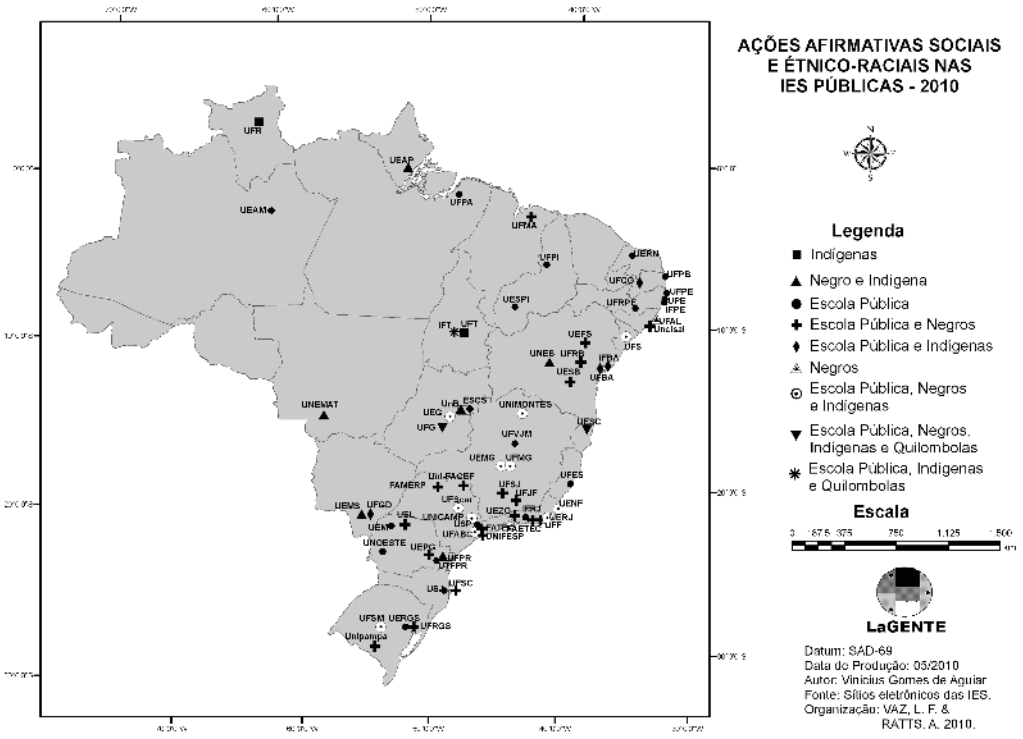
Região Sudeste					
UF	**IES**	**Escola Pública**	**Negros**	**Indígenas**	**Quilombolas**
ES	UFES	•			
MG	UEMG	•	•	•	
	UFJF	•	•		
	UFMG **	•	•	•	
	UFSJ	•	•		
	UFVJM	•			
	UNIMONTES	•	•	•	
RJ	IFRJ	•			
	FAETEC	•	•		
	UFF	•	•		
	UENF	•	•	•	
	UERJ	•	•	•	
	UEZO	•	•		
SP	FAMERP **	•	•		
	FATEC **	•	•		
	UNIFABC	•	•	•	
	Uni-FACEF	•	•		
	UFSCar	•	•	•	
	UNICAMP **	•	•	•	
	UNIFESP	•	•		
	USP **	•			
Região Sul					
UF	**IES**	**Escola Pública**	**Negros**	**Indígenas**	**Quilombolas**
PN	UEL	•	•		
	UEM	•			
	UEPG	•	•		
	UFPR		•	•	
	UNIOSTE	•			
	UTFPR	•			
	Várias***			•	
RS	UERGS	•			
	URFGS	•	•		
	UFSM	•	•	•	
	Unipampa	•	•		
SC	USJ	•			
	UFSC	•	•		

Fonte: Sítios eletrônicos das IES. Organização: VAZ, L. F. & RATTS, A. 2010.

** IES que aplica um bônus na nota do vestibular para estudantes egressos de escola pública ou que se declarem pretos e pardos.

*** 15 faculdades estaduais paranaenses que reservam vagas para integrantes das sociedades indígenas do estado.

Ao sintetizarmos estas informações em um mapa, podemos fazer outras inferências.



Numa primeira visada observamos que em todas a s regiões brasileiras e em quase todos os estados vem sendo adotadas ações afirmativas no ensino superior público, o que indica que estão sendo superados os obstáculos à adoção de políticas diferenciadas de acesso com base no pertencimento étnico ou racial do(a) estudante. Não identificamos a adoção de Ações Afirmativas nos estados de Acre, Rondônia e Ceará.

As ações afirmativas para a população negra, seja na modalidade cotas (reserva de vagas) ou bônus (para pretos e pardos), seguem apenas parcialmente o mapa racial brasileiro. Em todos os estados do Centro Sul brasileiro há ações afirmativas que utilizam a variável racial para o ingresso de estudantes nos cursos de graduação. No entanto, sua ausência é notória em parte significativa das regiões Norte (Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) onde há um contingente de população negra. Pode-se considerar que as IES que não adotaram cotas ou bônus com base no pertencimento racial, mas tenham feito cotas para egressos(as) de escolas públicas, tenham presumido que estas últimas bastariam para elevar a representação negra em seu quadro discente, discurso utilizado sobejamente na reação à reserva de vagas para estudantes negros.

As políticas de Ações Afirmativas voltadas para a população indígena no ensino superior estão presentes em todas as regiões brasileiras o que pode ser interpretado como um reconhecimento da presença destes grupos étnicos e de suas demandas educacionais em todo o país. No entanto, estão ausentes também em estados de quatro regiões que tem populações indígenas em áreas delimitadas ou demarcadas: Norte (Acre, Amazonas, Pará e Rondônia), Nordeste (Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte), Sudeste (Espírito Santo) e Sul (Santa Catarina). Para estudantes quilombolas somente duas IES tem acesso diferenciado: a UESC e a UFG.

As ações afirmativas, no entanto, não se resumem à modalidade cotas, pois compreendem políticas do conhecimento. No caso daquelas que se voltam para a população negra

é reivindicação de intelectuais e pesquisadores(as) negros(as) a introdução da temática étnico-racial em todas as áreas do conhecimento, a exemplo do que se pode observar com a expansão e consolidação de áreas como etnobotânica, etnomatemática e dos estudos de saúde da população indígena e negra. No caso da ciência geográfica, torna-se relevante a abordagem dos temas tratado nas seções anteriores deste artigo.

Ao contrário de sistemas racistas que marcam explicitamente o uso do espaço e/ou as normas jurídicas nos Estados Unidos e na África do Sul, consideramos que há no Brasil um racismo institucional (Silvério, 2002) em que indivíduos negros (e outros considerados não brancos, a exemplo de indígenas) acumulam ônus em seus deslocamentos sócio-espaciais ao longo da vida, resultando em limitadores de sua ascensão e emancipação social. Neste sentido, ocorre entre nós o racismo acadêmico (Carvalho, 2005) em que a população negra ainda está sub-representada nos corpos discente, na graduação e sobremaneira na pós-graduação, e na composição do corpo docente.

É no campo da cidadania que poderão ser percebidos os efeitos dessas políticas: uma universidade pública mais diferenciada étnica e racialmente, com uma atuação em termos de ensino, pesquisa e extensão que mantenha trocas com a diversidade étnica, racial, cultural e social do país, considerando negros, indígenas, quilombolas e outros segmentos sociais como sujeitos de conhecimento.

Lugares étnicos e mundos racializados: a questão étnico-racial e os planos escalares

Os estudos geográficos referentes à questão étnico-racial podem ser desenvolvidos em vários planos escalares. Desde a formação das sociedades africanas da antiguidade ao tempo presente e tendo em vista a triangulação entre Europa, África e América denominada de Atlântico Negro, que se constituiu num patamar de interações políticas e culturais (GILROY, 2001), temos um quadro extenso de estudos e pesquisas. A diáspora africana nas Américas que produziu fenômenos nacionais e transnacionais como os quilombos (ou *maroons*, na área de colonização inglesa e *cimarrónes*, *palenques* e *cumbes* na área de colonização espanhola), as religiões afro-americanas (a exemplo do *vodu* no Haiti, *santería* em Cuba; mina, candomblé, xangô, batuque e umbanda no Brasil).

No quadro nacional pode ser listada uma gama de possibilidades de pesquisa que correlacionem a questão étnico-racial e o ensino de geografia: a abordagem das terras e territórios indígenas, quilombolas e de outros grupos étnicos; a relação entre etnicidade, raça e a dimensão regional.

No plano local, podem ser considerados lugares a aldeia (ou a Terra Indígena que pode conter várias aldeias), o quilombo (urbano ou rural), o terreiro das religiões de matriz africana, o bairro onde jovens do movimento hip-hop se aglutinam como espaço de apresentações de *break* ou do exercício do *grafitti*, assim também onde uma congada se territorializa a partir das casas de referência de capitães ou "donos" de ternos (RODRIGUES, 2008).

Categorias geográficas como território e mobilidade espacial se mostram profícuas para os estudos geográficos étnico-raciais. Grupos negros e indígenas qualificam o espaço, produzem territórios, fixos ou móveis (RATTS, 1996; RATTS, 2003; RATTS, 2004). A mobilidade espacial pode ser estudada desde a perspectiva étnica e/ou racial: os deslocamentos de pessoas originárias de agrupamentos negros entre o rural e o urbano e entre regiões do país (RATTS, 2001), as trajetórias sócio-espaciais de professoras negras (SOUZA, 2007) ou domésticas (LOPES, 2008). É nessa movimentação que a corporeidade negra (SANTOS, 2000) aparece como dado da pesquisa em sua relação com o espaço.

Em se tratando de estudos de geógrafos contemporâneos, cabe mencionar nominalmente além dos trabalhos de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (UnB), as pesquisas e publicações de Renato Emerson dos Santos (2007) e Andrelino Campos (2005) da UERJ, os estudos e orientações de Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPb) e Paulo Scarin (UFES) acerca de quilombos e de Jeovah Meireles (UFC). relativos ao racismo e justiça ambiental.

Considerações finais: traços étnicos e marcas raciais na Geografia

Em princípio todos/as os/as brasileiros/as em fase de formação escolar e também os/as que são educadores, na sua formação continuada, tem idéias a respeito de raça e etnia, de indígenas, negros, brancos, ciganos, árabes e "orientais". De um lado, como sujeitos, estamos informados/as pela "geografia imaginativa" a que aludimos. De outro, também como sujeitos, estamos em processo de abertura para o reconhecimento da diversidade étnica, racial e cultural no país e no mundo, abordando-a nos contextos de desigualdade e de reparações de situações históricas de subalternidade.

Nos marcos da geografia contemporânea, o que compreende as "viradas" crítica e cultural, delineia-se uma abordagem teórica, metodológica e política, uma geografia humana, humanista, que focaliza indivíduos e coletividades desumanizadas pelo racismo e outras formas de discriminação, a exemplo do sexismo e da homofobia. É uma pedagogia política que se faz com o objetivo da emancipação dos sujeitos colonizados e subalternizados. A ciência geográfica e a Geografia Escolar tem amplo potencial de reflexão e intervenção neste cenário.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico*. Edição especial. Vol. 4, No 9 (2010) p. 36-63.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O Espaço Geográfico dos Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil. In: *Terra Livre*. São Paulo: n. 17. 2º semestre/2001, p. 139-154.

_____. A África, a Geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. *Revista Palmares em Ação*, ano 1, n.2, out /dez. 2002.

_____. A *África*, a educação brasileira e a Geografia. In: BRASIL. *Educação anti-racista*: caminhos abertos pela lei 10.639/03. Brasília: MEC, SECAD, *2005*. p. 167-184.

_____. *Territórios das comunidades quilombolas no Brasil*: segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

_____. *Coleção África-Brasil*: Cartografia para o Ensino Aprendizagem. Brasília: Editora Mapas Consultoria, *2005*.

_____. *Quilombos: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009.

BECKER, B. K. Grandes Projetos e Produção de Espaço Transnacional: Uma Nova Estratégia do Estado na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, 1989, p.7-20.

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*, artigo 158 de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. *LEI* nº *10.639* de 9 de janeiro de 2003. Altera a *Lei* de Diretrizes e Bases da. Educação nº 9.394 de *20 de dezembro de* 1996.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. *Quilombo, favela e periferia*: a longa busca da cidadania. São Paulo, Annablume, 2006.

CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela:* a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil*: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

DAMIANI, Amélia Luisa. *População e geografia*. 8ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos:* decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HISSA, Cássio. *A Mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LADOUCEUR, Micheline. Índios e negros na geografia brasileira. In: *Boletim de Geografia Teorética*,

Rio de Janeiro, v. 22, 1992, p. 417-423

LEFEBVRE, Henri. *Le Manifeste Différentialiste*. Paris : Gallimard, 1970.

LEITE, Antônio Ferreira. Giros e pousos, moradores e foliões: identidade étnica e mobilidade espacial na comunidade negra rural de Água Limpa, Faina, Goiás. Dissertação de mestrado em Geografia. Goiânia: IESA-UFG, 2007.

LOPES, Renata Batista. De casa para outras casas: trajetórias sócioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia. Dissertação de mestrado em Geografia. Goiânia: IESA-UFG, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. (Org.) *Negros no Sul do Brasil*: invisibilidade e Territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MARQUES, Amanda C. Nascimento. *Território de memória e territorialidades da vitória dos Potiguara da Aldeia Três Rios.* Dissertação de mestrado em Geografia. João Pessoa: PPGG-UFPB, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Não Há Terra Para Plantar Neste Verão*: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MOORE, Carlos. Do marco histórico das políticas públicas de Ação Afirmativa. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 307-334.

MORAES, Antonio Carlos Robert. 2ª. Ed.. *Ideologias geográficas*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MOREIRA, Alecsandra Pereira da Costa. *A luta pela terra e a construção do território remanescente de quilombo de Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – PB.* Dissertação de mestrado em Geografia. João Pessoa: PPGG-UFPB, 2009.

NUGA-UECE / Núcleo de Geografia Aplicada - Universidade Estadual do Ceará. *Contribuição ao Estudo Integrado da Paisagem e dos Ecossistemas da Área do Município de Aquiraz - CE.* Relatório Final. Fortaleza, NUGA-UECE, 1983 (mimeo).

PAULA, Marise Vicente de. *Kalunga:* o mito do isolamento diante da mobilidade espacial. Dissertação de Mestrado em Geografia. Goiânia: IESA-UFG, 2003 (mimeo).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Prefácio. In: SANTOS, Renato Emerson dos. *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais*: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.03-06.

_____. *Os descaminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras Invisíveis*: territórios negros e indígenas no Ceará. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

_____. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA**,** Maria Nazareth. (org.). *Brasil Afro-brasileiro.* Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 307-326.

_____. *O Mundo é Grande e a Nação Também*: Identidade e Mobilidade em Territórios Negros. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: Territórios Etnicamente Diferenciados In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J.P. (orgs). *Geografia:* Leituras Culturais. Goiânia: Ed. Alternativa. 2003, p. 29-48.

_____. As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. *Espaço e cultura***,** Rio de Janeiro, nº 17-18, jan/dez.2004, p. 77-88.

_____. *Eu sou atlântica*: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, Imprensa Oficial, 2007.

RATTS, Alex & RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS & GOMES, 1996 REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um Fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RESENDE, Márcia Spyer. *A geografia do aluno trabalhador*: caminhos para uma prática de ensino.São

Paulo: Edições Loyola, 1986

ROLNIK, Raquel. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras*: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estudos Afro-Asiáticos 17, Rio de Janeiro, 1989, p. 29-41.

_____. *Fronteiras*: a unicidade da lei e a multiplicidade dos territórios. In: A Cidade e a Lei. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SADER, M. Regina de Toledo. *Espaço e Luta no Bico do Papagaio*. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

SAID, Edward. *O Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Milton. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. As exclusões da globalização: pobres e negros. In: FERREIRA, Antônio Mário (Org.) Na própria pele; os negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, CORAG/Secretaria de Estado da Cultura, 2000. p. 09-20.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais*: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa,* n. 117, novembro/ 2002, p. 219-246.

SOUZA, Lorena F. de. *Corpos negros femininos em movimento*: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas. Dissertação de Mestrado em Geografia). Goiânia: IESA/UFG, 2007.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira*: uma nova perspectiva sociológica. Rio de. Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

VALVERDE, Orlando. O problema florestal da Amazônia brasileira. In: MOREIRA, Ruy (Org.) *Geografia: teoria e crítica*: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 185-195.